



Newsletter Academia de Marinha

“Batalha Naval do Cabo Matapão (julho 1717)”

Na sessão cultural de 19 de setembro da Academia de Marinha foi apresentada a comunicação “Batalha Naval do Cabo Matapão (julho 1717)”, pelo **Prof. Doutor Nuno Gonçalo Freitas Monteiro** e inaugurada, na Galeria, a **Exposição** intitulada “**Batalha Naval do Cabo Matapão. Participação da Marinha Portuguesa em 19 de julho de 1717**”.

Para o orador a participação portuguesa na Batalha Naval do Cabo Matapão concentra-se em três temas que, de forma muito clara, se cruzam nas orientações da política europeia da dinastia de Bragança depois da participação na Guerra da Sucessão de Espanha, nos equilíbrios internos e nos lugares de decisão política da monarquia e por fim nos recursos e nos legados institucionais da Marinha Portuguesa naquele contexto.

De salientar que as relações entre Portugal e a Santa Sé no tempo de D. João V e do Papa Clemente XI se enquadram no contexto do conflito otomano no Mediterrâneo, que levou à Batalha Naval do Cabo Matapão. Assim, o Papa, na tentativa de neutralizar a crescente ameaça de expansão do Império Otomano, pediu auxílio aos principais reinos cristãos da Europa. Portugal, por razões estratégicas de afirmação no panorama internacional, participou com uma esquadra comandada por Lopo Furtado de Mendonça, Conde do Rio Grande.



“Batalha Naval do Cabo Matapão (julho 1717)”



Esta força naval saiu no dia 15 de julho de 1716 rumo ao Mediterrâneo. Atrasada por ventos contrários e por uma escala no porto de Livorno, quando chegou a Corfu, para receber instruções, já os turcos se tinham retirado. Tal facto deveu-se, possivelmente, à derrota sofrida na frente do Danúbio perante os exércitos imperiais da Áustria, e ao conhecimento da aproximação da armada cristã. Em novembro, a armada chegou a Lisboa, sem ter entrado no conflito, mas como “singular prova de gratidão”, o Pontífice dividiu a diocese de Lisboa em oriental e ocidental, atribuindo ao arcebispo de Lisboa ocidental “o nome, título e prerrogativa de igreja patriarcal”, criando, pela bula *In supremo apostulatos solio*, de 7 de novembro de 1716, o Patriarcado de Lisboa.

Continuando as ameaças sobre as possessões de Veneza, em dezembro de 1716, voltava o Papa a escrever ao monarca português, renovando o pedido de auxílio e respondendo D. João V afirmativamente.

De novo, sob as ordens do Conde do Rio Grande, a esquadra de 1717, agora com 11 navios (sete naus, dois brulotes, um transporte e uma tartana), artilhados com 448 peças de artilharia, saiu de Lisboa a 25 de abril de 1717 com destino a Corfu, onde se reúne com as armadas de Veneza, Florença, Malta, França e dos Estados Pontifícios, constituindo assim um conjunto capaz de se opor aos turcos. O confronto e sucesso da esquadra cristã na batalha de Matapão, travada a 19 de julho de 1717, são conhecidos no *Diário*, escrito pelo capitão da nau *Nossa Senhora das Necessidades*, e ainda por diversas outras memórias.



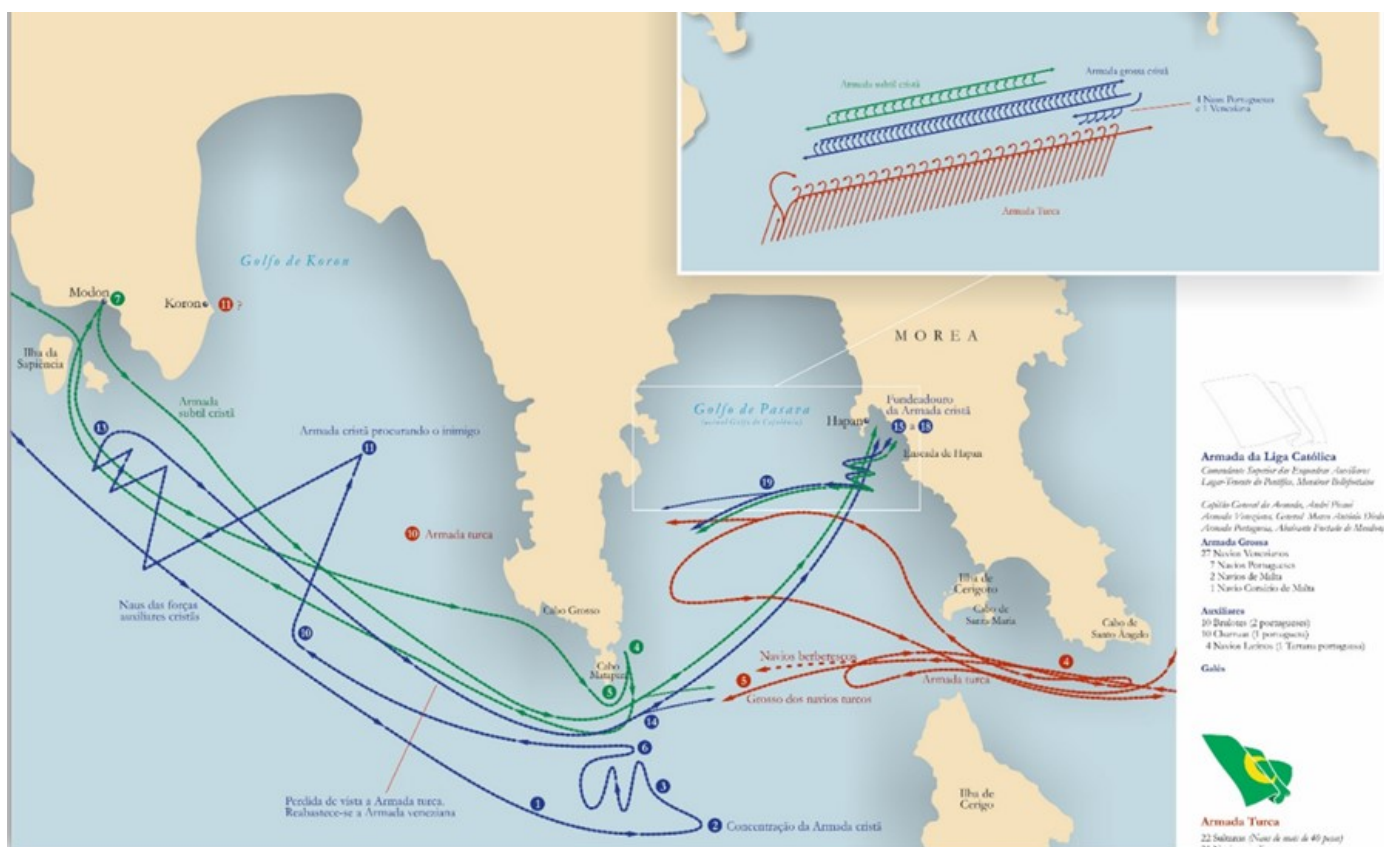
“Batalha Naval do Cabo Matapão (julho 1717)”

O Comandante Saturnino Monteiro na sua obra, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, recorda que:

“(…). Durante mais três horas a Nossa Senhora do Pilar, a Fortuna Guerreira, a Santa Rosa, a Nossa Senhora da Conceição e a Nossa Senhora da Assunção bateram-se galhardamente contra um adversário muito mais numeroso e igualmente determinado, provocando a admiração entre as guarnições dos navios que não estavam em ação. A dada altura, o conde de São Vicente, no desejo de se aproximar ainda mais do inimigo, começou a orçar, dando ideia de se querer bater sozinho com toda a armada turca! O conde de Rio Grande teve de lhe fazer sinal para regressar à formatura.

Durante esta fase da batalha, a mais intensa de todas, dada a menor distância que separava os dois adversários, é natural que tenham aumentado consideravelmente os danos e as baixas sofridos por ambos. Ao fim da tarde é muito provável que os principais navios turcos, em resultado dos dois combates que haviam travado anteriormente com os venezianos e do fogo nutrido que tinham feito durante todo o dia, já estivessem a lutar com falta de munições. O certo é que puxaram tudo para a orça e começaram a afastar-se para o mar. Aos olhos da armada cristã era como se estivessem a bater em retirada, corridos pelas quatro intrépidas naus portuguesas e pela sua companheira veneziana.”

Em meados de agosto a Armada Portuguesa, de regresso, passando por Messina, foi alvo de enorme interesse, com festejos, todos querendo conhecer os vencedores dos Turcos, recebendo na ocasião uma carta de agradecimento do Papa. **A batalha teve, sem dúvida, um papel de relevo na política externa de D. João V, com evidente prestígio da Armada Portuguesa, e projeção de Portugal na Europa.**



“Batalha Naval do Cabo Matapão (julho 1717)”

ARMADA PORTUGUESA

NAUS

Nossa Senhora da Conceição – Comandante-Chefe Almirante Furtado de Mendonça, Conde de Rio Grande
(700 praças, 78 peças)

Nossa Senhora do Pilar – Almirante Conde de S. Vicente (700 praças, 82 peças)

Nossa Senhora da Assunção – Fiscal Pedro de Sousa Castelo Branco (500 praças, 64 peças)

Nossa Senhora das Necessidades – Capitão de Mar e Guerra Gillet du Bocage (500 praças, 66 peças)

Santa Rosa – Capitão de Mar e Guerra João Baptista Rolhano (500 praças, 66 peças)

FRAGATAS

S. Lourenço – Capitão de Mar e Guerra freire de Araújo (350 praças, 56 peças)

Rainha dos Anjos – Capitão de Mar e Guerra João Pereira de A’vila (350 praças, 56 peças)

BRULOTES

Santo António de Pádua – José Jorge Matias (40 praças, 8 peças)

Santo António de Lisboa – Tomás Tolli (40 praças, 8 peças)

CHARRUAS

S. Tomás de Cantuária – Mestre Fragata António dos Santos (100 praças, 20 peças)

Tartana (?) – Mestre José Barganha (60 praças, 18 pedreiros de bronze)





Em 4 de julho foi apresentada a comunicação “A importância de Cabo Verde na criação de equilíbrios atlânticos”, pelo **Prof. Doutor António Leão Correia e Silva**.

O orador disse que era suposto que Cabo Verde desempenhasse um papel relativamente marginal e secundário nos diversos equilíbrios económicos, socioculturais e políticos que se estabeleceram ao longo do tempo no macro e compósito espaço que é o Atlântico, visto ser um território caracterizado pela exiguidade e insularidade oceânica. Situado na interface entre o Atlântico adjacente à Europa e o longínquo, africano e americano, teve, desde muito cedo, papel relevante como marco de delimitação de zonas de influência nos primeiros tratados internacionais verdadeiramente atlânticos,

base de sondagem e penetração nas profundezas do oceano ocidental, feitoria *offshore* para exploração comercial da Alta Costa da Guiné, ponto de apoio no precoce movimento da diáspora de africanos no mundo ibérico e espaço de convergência, experimentação e difusão da biodiversidade biológica. Cabo Verde praticou um papel relevante como ponto de projeção de poder e de defesa da Ordem de Tordesilhas.

A terminar, referiu que as dinâmicas de recomposição dos equilíbrios de poder fizeram diminuir o valor geoestratégico do arquipélago e que só nos meados do século XIX, perante o estruturar de uma nova ordem atlântica, agora sob a *pax britânica*, é que Cabo Verde veio a desempenhar um papel decisivo na História do Oceano.



Sessão Cultural “Os 80 anos da passagem da Escola Naval para o Alfeite”

Na sessão cultural de 11 de julho foi apresentada a comunicação “Os 80 anos da passagem da Escola Naval para o Alfeite”, pelo **Académico Augusto Alves Salgado**.

O orador deu início à sua apresentação salientando uma simples frase, publicada na Ordem da Armada do dia 30 de outubro de 1936, onde pode ler-se: *A Escola Naval iniciará os seus trabalhos escolares no próximo dia 2 de novembro*.

Num início de um ano marcado pela chamada “Revolta dos Marinheiros”, impunha-se concretizar o processo de mudança de instalações para a margem Sul ainda que esta, no entanto, não se pudesse pautar pelos habituais cânones de glorificação da “Briosa” Armada.

Foi dentro desse espírito que, nesse dia 2 de novembro, sem qualquer cerimónia especial ou visitante ilustre, o comandante da Escola Naval passou revista à formatura do Corpo de Alunos na nova parada. Essa singela formatura e uma fotografia tirada à volta da mesa da Sala do Conselho, com o seu corpo docente, foram os únicos eventos que assinalaram esse importante passo na vida da prestigiada instituição mais que centenária.



Antiga Escola Naval—Rua do Arsenal



Sessão Cultural

“Os 80 anos da passagem da Escola Naval para o Alfeite”

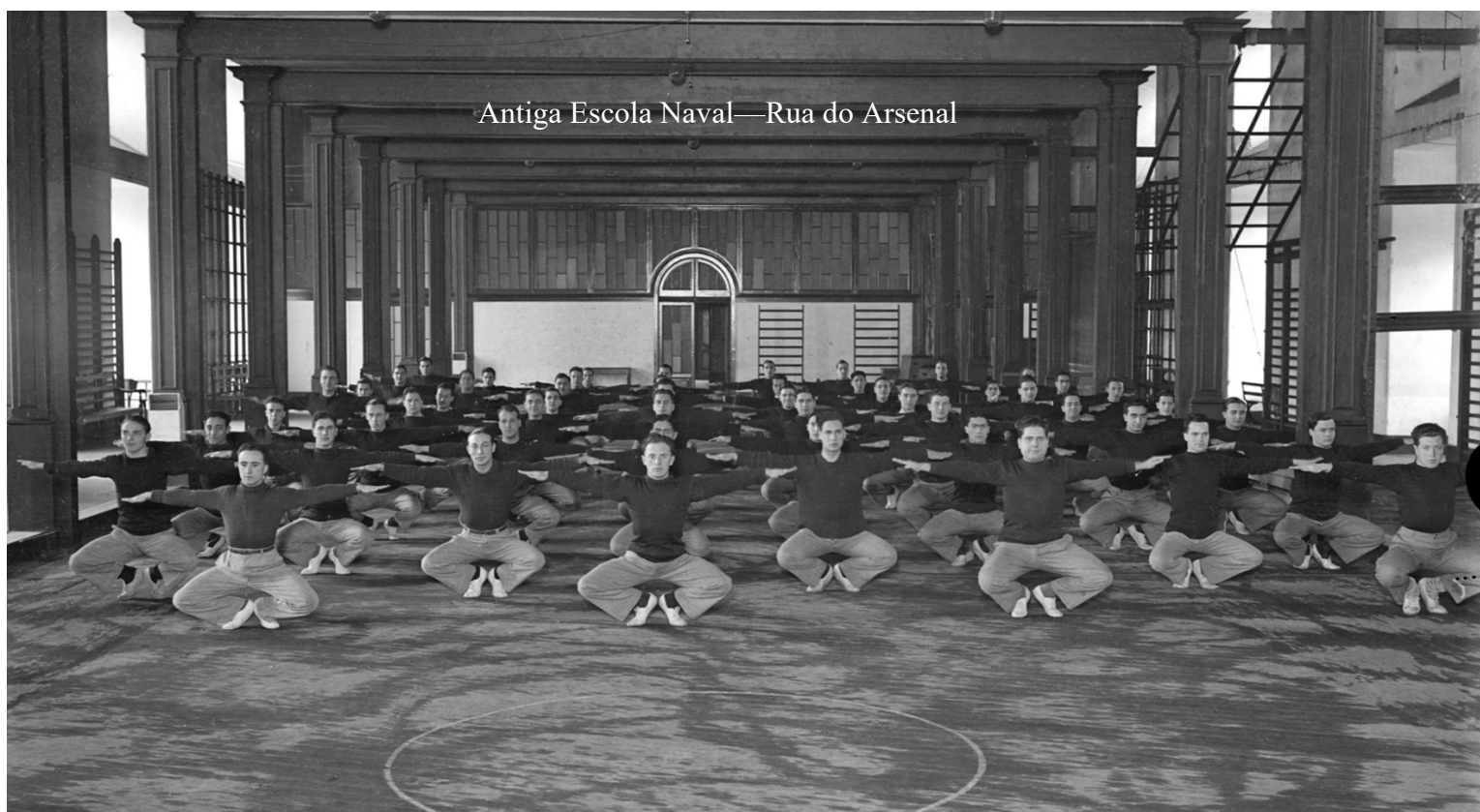


Antiga Escola Naval
Galeria da Academia de Marinha

Deu-se, assim, início ao afastamento da Marinha do centro da capital, deslocando-a para a margem Sul do rio Tejo, num processo pensado em 1914 e iniciado quatro anos depois. Coube, deste modo, à Escola Naval a “honra” de ser a primeira unidade a começar a funcionar na futura Base Naval do Alfeite, construída nas conhecidas “Sete Quintas do Alfeite” do rei D. Carlos.

O Comandante Alves Salgado recordou que em 2011, aquando das comemorações dos 75 anos da Escola Naval no Alfeite, teve o privilégio de ouvir, na primeira pessoa, as experiências de três então cadetes, cujas datas de entrada na Escola Naval eram as de 1935, 1936 e 1937, tentando perceber como é que terá decorrido a dita mudança, numa altura em que as ligações entre as duas margens eram escassas, para não dizer quase inexistentes.

A terminar, referiu a importância do relatório do comandante da Escola Naval, realizado um ano após estar concluída a mudança, que dá uma visão mais próxima do modo como a adaptação às novas instalações terá decorrido.



Antiga Escola Naval—Rua do Arsenal

“A ação da Comissão Colonial do Grande Oriente Lusitano Durante a Primeira República, na qual predominavam oficiais de Marinha”



Na sessão cultural de 26 de setembro foi apresentada a comunicação “A ação da Comissão Colonial do Grande Oriente Lusitano Durante a Primeira República, na qual predominavam oficiais de Marinha”, pelo **Académico António Pires Ventura**.

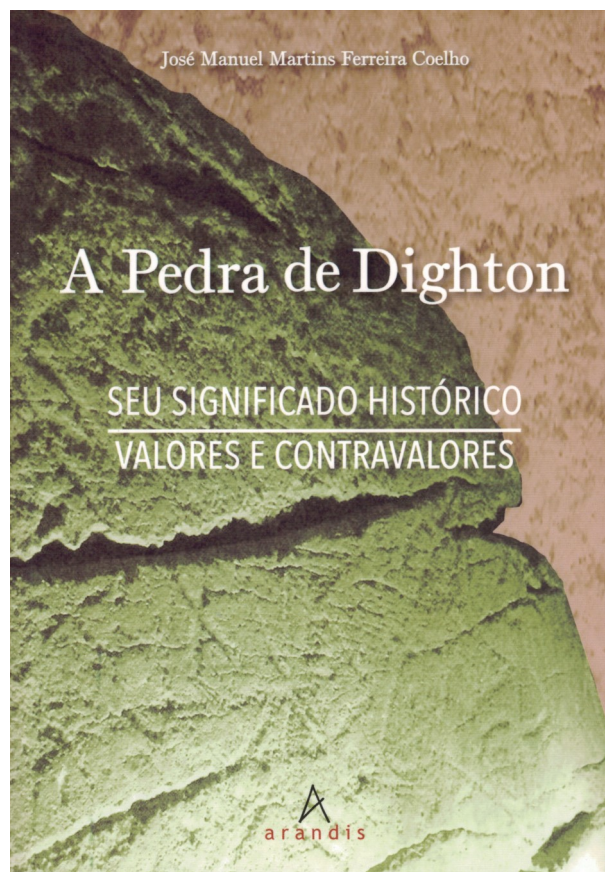
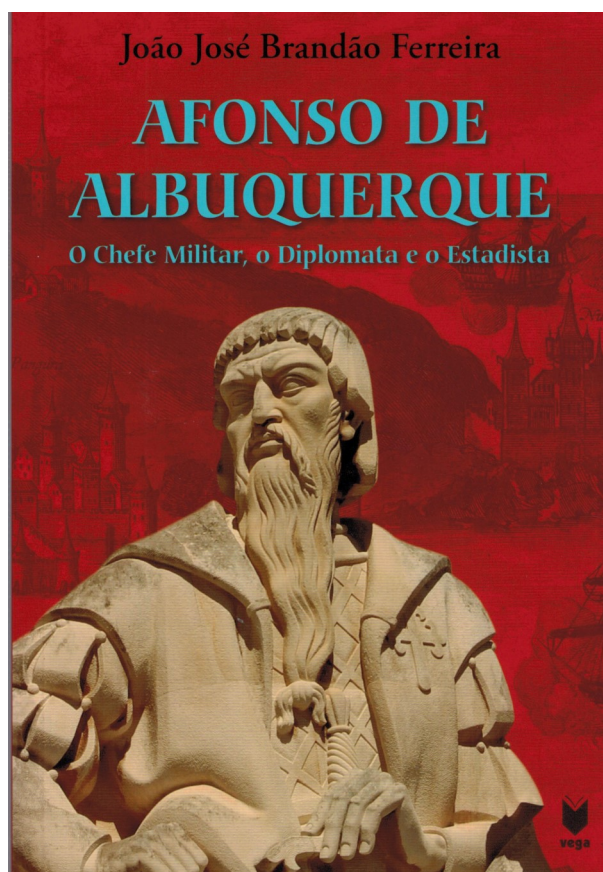
Para o professor o Grande Oriente Lusitano Unido não se ficou alheio aos grandes problemas nacionais, podendo ser comprovado pelos textos dados à estampa no seu Boletim, (a partir de 1869) e em algumas publicações impressas. Essa preocupação começou a ser mais claramente exposta em encontros que tiveram a forma de conferências e congressos, a partir de 1900, num total de sete, organizados até 1924, cujas comunicações foram publicadas na sua quase totalidade. Para além de temas relacionados com a Maçonaria, foram abordados outros relacionados com a vida nacional, nos mais diversos âmbitos, da educação à economia, da organização do Estado à assistência, do pacifismo à situação da mulher.

No que respeita ao desenvolvimento do país, a situação dos territórios ultramarinos ocupou um lugar central, em especial após a proclamação da República. Já antes tinham sido encontradas diversas personalidades muito ligadas a esses territórios que foram simultaneamente destacados maçons, como António Enes, Bento Ferreira de Almeida, Custódio Miguel de Borja ou Augusto de Castilho. Em 1912 foi criada uma Comissão específica, a Comissão Colonial, encarregada de produzir propostas concretas visando o desenvolvimento daqueles territórios, as quais deveriam ser apresentadas aos deputados e senadores maçons, das várias orientações políticas, para sua eventual implementação. Ao mesmo tempo, a principal figura dessa comissão, o comandante Ernesto de Vasconcelos, apresentou uma interessante comunicação no Congresso Maçónico de 1913, intitulada «Meios de desenvolver a Riqueza Pública nas Colónias».

A finalizar, assinalou a presença de vários oficiais de Marinha na Comissão Colonial, e mais tarde, em 1928, em plena Ditadura Militar, quando foi constituída a Comissão de Estudos Coloniais.



Em 21 de setembro teve lugar no auditório da Academia de Marinha a apresentação e lançamento do Livro ***Afonso de Albuquerque, o Chefe Militar, o Diplomata e o Estadista***, da autoria do Académico **João José Brandão Ferreira**, cuja apresentação foi enfatizada pelo Almirante Nuno Gonçalo Vieira Matias, anterior Presidente da Academia de Marinha.



Em 28 de setembro, no auditório da Academia de Marinha, foi apresentado e lançado o Livro da autoria do Académico **José Manuel Martins Ferreira Coelho**, ***A Pedra de Dighton – Seu significado histórico – Valores e Contravalores***.

A Obra foi apresentada pelos Professores Doutores Martinho Vicente Rodrigues, Diretor do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, e António Sousa Lara, Professor do Instituto Superior de Ciências e Políticas da Universidade de Lisboa.

Nuno Martins Ferreira

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DA NÁUTICA EM PORTUGAL (1779-1807)



Antigo seminário dos Jesuítas no edifício da Coimbra, desenhado em 22 de abril de 1943

Academia de Marinha
2017

“O trabalho aqui apresentado tem como objetivo analisar a organização do ensino da náutica a partir da segunda metade do século XVIII, com especial incidência no seu último quartel e na primeira década do século XIX. A náutica, ou arte de navegar, ganhou neste período um protagonismo maior à luz da profissionalização das atividades ligadas ao mar...”

Nuno Martins Ferreira

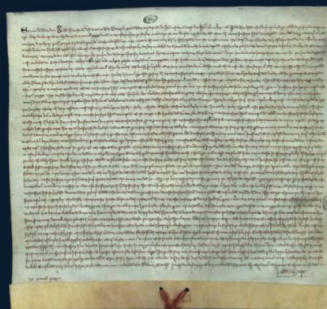
Edições 2017 da Academia de Marinha

TIMOR



COMEMORAÇÕES DA CHEGADA
DOS PORTUGUESES EM 1515

700 anos Almirante Pessanha



Sessão comemorativa na Torre do Tombo
1 de fevereiro de 2017

PROGRAMA DAS SESSÕES

Outubro

À terça-feira, na Academia de Marinha, às 17h30, salvo indicação em contrário

Dia 10

“A marinha da Argélia através da História”

Embaixadora da Argélia – Fatiha Selmane

Dia 12 - Quinta-feira

17:30 horas

Apresentação e lançamento do livro “João Roby e o desastre do Vau de Pembe” (Angola, 1904).

Comunicação a ser apresentada pelo autor da obra.

Académico João Moreira Freire

Dia 17

“Ao mistério de Bosch – por ocasião do falecimento do pintor em 1516”

Prof. Doutor Jaime Alexandre Nogueira Pinto

Dia 24

SESSÃO SOLENE: Conferência a ser proferida por Sua Excelência o Presidente da República.

Dia 31

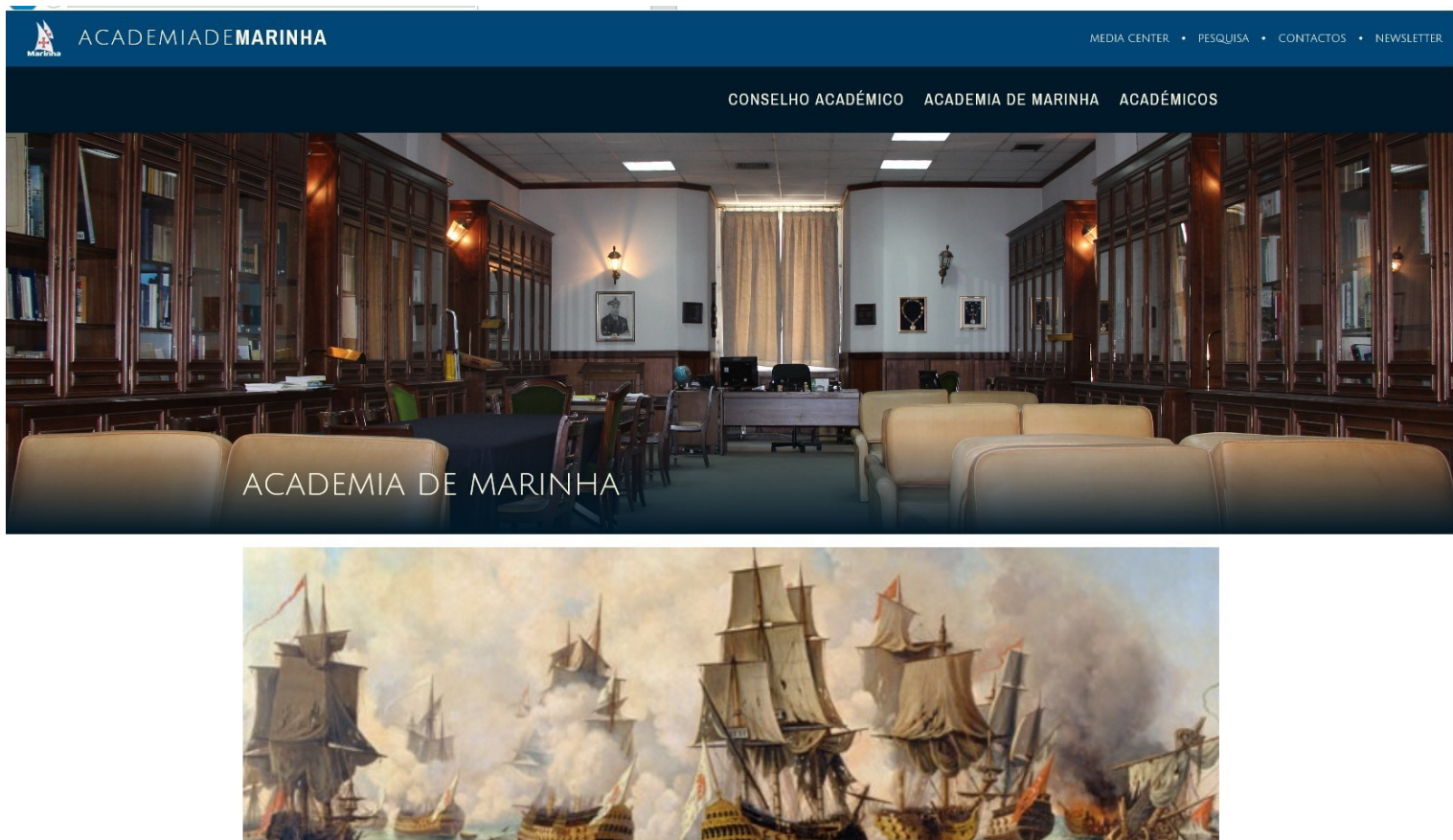
7º CICLO DE CONFERÊNCIAS RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS:

“As relações entre os portos portugueses e as cidades italianas nos séculos XV e XVI. O mediterrâneo na construção do sistema atlântico”

Académico Amândio Morais Barros

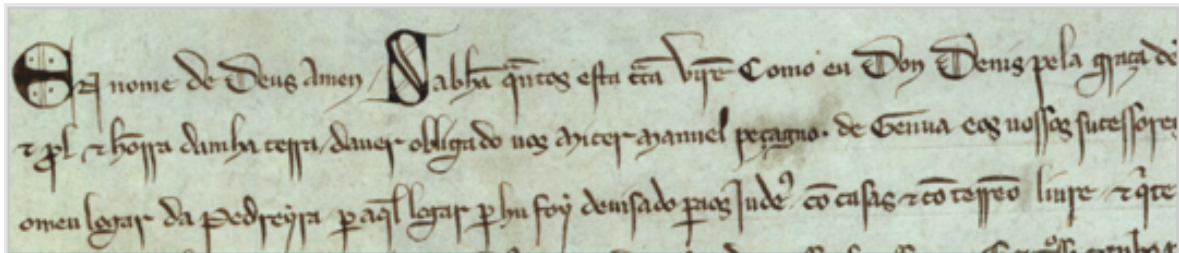
Portal da Academia de Marinha

Informa-se que está disponível na Internet o novo Portal da Academia de Marinha com o seguinte endereço: <http://academia.marinha.pt>.



XV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

de 14 a 16 de novembro de 2017



XV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

Academia de Marinha, 14 a 16 de Novembro de 2017



O mar como futuro de Portugal (c. 1223 - c. 1448)
A propósito da contratação de Manuel Pessanha como
Almirante por D. Dinis



APOIO



PATROCÍNIO



Juntos por todos

PARCERIAS

